

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GESTÃO ESCOLAR NO CURSO DE PEDAGOGIA: PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA

Elisangela Mercado

Universidade Federal de Alagoas

elisangelamercado@gmail.com

Resumo: O texto descreve a ação interventora realizada numa escola pública estadual de Alagoas pelos alunos-estagiários do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas que teve como finalidade sugerir à comunidade escolar os caminhos de atualização e reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Analisa e discute a proposta pedagógica da escola para compreender a gestão democrática participativa e a importância do PPP na melhoria do processo educativo. O estágio supervisionado na área da gestão escolar permitiu aos alunos relacionarem os saberes teóricos à experiência vivenciada na escola e suscitou nesta a necessidade da participação e estudo contínuo da comunidade escolar.

Palavras-chave: estágio supervisionado; gestão escolar; projeto político pedagógico

INTRODUÇÃO

O currículo dos cursos de formação de professores tem se constituído de forma multifacetada, com um aglomerado de disciplinas isoladas entre si e sem qualquer inter-relação com o campo de atuação profissional. Estas disciplinas ganharam autonomia e independência entre si e em relação ao campo de atuação, disseminando a dicotomia teoria e prática. Acreditando na falácia de que nem todas as disciplinas desenvolvem ciência, os espaços de importância entre disciplinas teóricas e práticas se tornaram desiguais.

A importância do estágio supervisionado cresceu numa época histórica em que se enfatizou o papel da universidade na preparação de mão de obra qualificada e especializada, vinculando a formação profissional às demandas da estrutura produtiva.

No decorrer dos anos surgiram diferentes sentidos de estágio. Pimenta e Lima (2004) descrevem os caminhos que o estágio supervisionado teve ao longo do tempo. O estágio como componente curricular visa superar a tradicional visão redutora de prática instrumental, ampliando-a para espaço de aprendizagem da profissão na formação inicial e atividade de pesquisa. Entretanto, essa perspectiva de estágio não tem sido comum à maioria dos cursos de formação, que ainda insistem no reducionismo do estágio à técnica instrumental, resultando no empobrecimento e na dissociação entre teoria e prática.

Os cursos de formação de professores vêm sendo foco de grandes debates. Não é raro ouvir a respeito dos alunos que concluem seus cursos e sentem-se amedrontados, despreparados ou chocados diante da realidade a qual se deparam. No cerne dessa situação está a constatação de que o curso realizado não fundamentou, nem estabeleceu de forma satisfatória a relação teoria e prática. Com a desvalorização e o desrespeito nessa relação, o estágio supervisionado é

transformado em um estágio fictício, burocrático ou distante, não integrado a vivência das escolas, sem acompanhamento adequado por parte dos professores supervisores e orientadores.

Este texto apresenta uma reflexão do estágio como componente curricular na formação de pedagogos, tendo por base a análise das atividades de estágio no âmbito da gestão e organização do trabalho escolar no 6º período do Curso de Pedagogia da UFAL.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Para Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2002, p. 16) “o estágio é um período de estudos práticos para a aprendizagem e experiência e envolve ainda, supervisão, revisão, correção e exame cuidadosos.” Para a autora a atividade de estágio é útil e vital ao futuro profissional de educando, além de proporcionar uma melhoria no processo ensino e aprendizagem. Estagiar é tarefa do aluno e supervisionar esta atividade é função da universidade.

Tal proposição é manifestada no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAL ao possibilitar as alunas-estagiárias a vivência de situações que desenvolvem a interpretação e aplicação de reflexões teóricas, construídas ao longo do curso, para propor alternativas de intervenção que visam solucionar problemáticas existentes nas instituições campo de estágio.

O componente curricular Estágio Supervisionado é um campo de conhecimento e espaço de formação docente que deverá ter como eixo a pesquisa da prática pedagógica, envolvendo a organização e gestão de processos educativos escolares e não escolares [...] estabelecendo estreita ligação entre teoria e prática e entre as áreas do conhecimento, ampliando a compreensão do campo de atuação e intervindo na prática educativa. (UFAL, 2006, p. 68)

A finalidade do estágio consiste em proporcionar aos alunos uma visão reflexiva e um conjunto de saberes significativos sobre a realidade na qual atuará. Para tal, os alunos-estagiários devem desenvolver postura e habilidades de pesquisadores, elaborando projetos que lhes permitam compreender, problematizar e intervir nas situações observadas. Aos professores orientadores competem mobilizar estudos que ampliem a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas instituições campo de estágio e, auxiliar na elaboração de projetos de pesquisa que são desenvolvidos após o estágio.

Pimenta e Lima (2004) preconizam que o maior desafio das instituições formadoras consiste no intercâmbio, durante o processo formativo, entre o que se teoriza e o que se pratica, cujo cerne é a pesquisa. No projeto pedagógico do curso de Pedagogia (2006) há a concepção de que ao estagiar, o aluno deve desempenhar com segurança e qualidade os papéis a que se destina, além de produzir conhecimentos como docente, pesquisador e/ou gestor de processos educativos em instituições escolares e não-escolares.

Nesse sentido, o componente curricular Estágio Supervisionado tem a duração de 400 horas distribuídas a partir do 5º ou 6º período em quatro momentos: Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV. Aqui discutiremos a experiência de formação ocorrida no Estágio Supervisionado I. A fim de compreender melhor a especificidade desse estágio, o projeto pedagógico do curso esclarece:

No Estágio Supervisionado I os/as licenciandos/as deverão realizar observação e análise de instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio. (UFAL, 2006, p.76)

Esta disciplina permite ao aluno conhecimentos para “participar da gestão das instituições [...] contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico” (ibid, p. 33). Esses conhecimentos envolvem estudo, análise, problematização, reflexão e sugestão de solução às circunstâncias de ensino e aprendizagem na elaboração, execução e avaliação de projetos pedagógicos das escolas. O cerne do estágio se amplia para além da prática docente, para a construção de uma visão mais ampla de atuação na escola, na organização e sistemas de ensino, na comunidade e na sociedade.

Ao analisar as escolas como integrantes do contexto social as alunas-estagiárias passam a compreender como e porque certas decisões tomadas pela equipe gestora e comunidade escolar expressam relações de poder, implementação de um ambiente democrático e exercício do trabalho coletivo e, que as posturas assumidas em sala de aula encontram-se intrinsecamente ligadas a tais decisões.

O estudo realizado na passagem dos estagiários pelas instituições, departamentos e secretarias representantes do sistema de ensino constituirá um transitar entre o escrito e o vivido e terá por objetivo a busca de compreensão das influências desses organismos no trabalho cotidiano nas escolas (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 167).

Este tipo de estágio requer a articulação da prática pedagógica com a dinâmica que envolve a gestão escolar. Por isso, o estudo do PPP constitui uma das atividades do estágio realizado na gestão e organização do trabalho educativo.

A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO NA ATUALIZAÇÃO DO PPP

Retomaremos a discussão sobre a concepção e a importância do PPP para a escola. O âmbito escolar é propício à concepção, realização e avaliação de projetos educativos, os quais têm como base as necessidades sociais e pedagógicas daqueles que compõe a comunidade escolar. Esse motivo requer a quebra da centralização do poder hierárquico, a fomentação do trabalho coletivo e a construção participativa da proposta pedagógica institucional.

Como o desafio a ser enfrentado consiste em criar e permitir uma nova ação gestora, na qual toda comunidade escolar possa participar de forma dialógica e propulsora do fortalecimento da gestão democrática na escola e na sociedade em que se encontra inserido, o PPP refere-se a escola cidadã, processo fundado na dialogicidade e na participação. Veiga (1998, p.11) declara que

o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado.

O PPP deve estar pautado na gestão democrática participativa e ter um compromisso ético-pedagógico de contribuir para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e criativos capazes de atuar na transformação e melhoria da sociedade. É função desse modelo de gestão viabilizar um projeto coletivo e democrático que proporcione a socialização do poder, o preparo da escola para o exercício da cidadania plena e o envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisões. Tal documento ao se constituir pautado na gestão democrática caracteriza-se “[...] em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias”. (VEIGA, op. cit, p. 15).

Para a autora, ao ser construído pelo processo democrático o PPP instaura uma forma de organização do trabalho pedagógico que supera os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias do sistema neoliberal. Rompe-se com a rotina do autoritarismo e a racionalização burocrática que permeia as relações de poder no interior da escola, diminuindo os efeitos da centralização e hierarquização dos poderes de decisão. O PPP é um documento de ações intencionais que

[...] é político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária; e pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (ibid, p. 15).

Como a organização escolar deve ocorrer de dentro para fora do âmbito escolar e não o contrário, é necessário à comunidade escolar o empenho na construção da proposta pedagógica e a compreensão de que esse documento explicita o papel social da escola e os diversos caminhos que a mesma deve percorrer para que haja uma melhoria na qualidade de ensino oferecido. O PPP deve ser estruturado conforme a realidade escolar e as diretrizes educacionais, ou seja, é analisado e construído a partir do dia-a-dia da escola e das discussões que permeiam as políticas educacionais vigentes.

Para Pimenta (1995), o PPP é um conjunto de atividades que gera a tomada de decisão e resulta em um documento de extrema importância para o bom funcionamento da escola, pois ao partir das necessidades e do confronto entre as diversas visões de mundo que influenciam o processo educativo, é uma forma de explicitar e orientar as estratégias, os instrumentos e as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar.

Na PPP são descritos os passos que a escola realiza e realizará na melhoria do processo ensino e aprendizagem, as ações e características necessárias para que a instituição cumpra seus propósitos e intencionalidades na formação plena de cidadãos. Por isso, faz-se necessário que a prática pedagógica seja baseada numa proposta educativa de aprendizagem significativa e no desenvolvimento contínuo da autonomia e construção de conhecimentos.

Ao construir o PPP, todos os envolvidos devem analisar os elementos básicos que o constituem, que são as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisões, as relações de trabalho, a avaliação. Segundo Rossi (2004), o

desafio da escola é construir um projeto emancipatório, transformador que valorize a cultura e a identidade da escola, superando a visão meramente reguladora e burocrática.

A análise desses elementos é importante para que a comunidade escolar defina o que pretende realizar e como irá realizar as ações, pois assim o projeto irá ser construído considerando a própria importância e funcionalidade, deixando de ser um simples documento disciplinador, tornando-se um processo de ação-reflexão-ação construído com esforço e vontade política de todos os envolvidos no processo de educação escolar, colocando em prática a gestão democrática participativa.

Na elaboração do PPP, a comunidade escolar tem a oportunidade de definir o papel da escola na educação das crianças, jovens e adultos; organizar as ações para atingir os objetivos propostos e instigar o trabalho coletivo no atendimento das necessidades institucionais e dos alunos. O PPP como prática social se constitui historicamente, naquilo que se produz na escola, como expressão das escolhas escolares diante das contradições e dos embates da sociedade.

O processo de elaboração e avaliação desse documento é um momento ímpar de consolidação da participação da comunidade escolar na definição dos rumos da escola e de consolidação de respeito a autonomia pedagógica da instituição. Para Medel (2008, a elaboração do PPP necessita de ousadia, discussão, reflexão, desejo de renovação e, sobretudo, participação.

A necessidade de atualização do PPP dá continuidade ao plano de desenvolvimento da escola e a consolidação da gestão democrática. Esta atualização deve ocorrer de acordo com as novas normas e legislações vigentes e, pela necessidade de qualificação e adequação do trabalho pedagógico às novas demandas educacionais.

Partindo dessa premissa, a escola campo de estágio, objeto deste estudo, sugeriu aos alunos-estagiários que elaborassem um plano de intervenção voltado a discussão de meios de revitalização e atualização da proposta pedagógica da escola.

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado no âmbito da gestão escolar ocorre em meados do curso de Pedagogia, no 5º e 6º período para os turnos diurno e noturno, respectivamente. De caráter colaborativo, esse estágio envolve a gestão escolar no processo de revisão da escola de forma dinâmica e interativa com os diversos atores responsáveis pelo processo educativo.

A concepção de estágio calcado na pesquisa fundamentou as diretrizes da prática interventora, cujas características principais são fundamentadas na pesquisa colaborativa, modelo de pesquisa no qual os pesquisadores abandonam papéis tradicionais de detentores do saber capazes de julgar os caminhos adequados a serem seguidos para se tornarem colaboradores na organização e na construção de novas realidades (PIMENTA, 2010).

A organização do estágio supervisionado compreende três momentos: a) caracterização da instituição de ensino e diagnóstico da necessidade institucional; b) elaboração de um projeto de intervenção; e c) realização da ação interventora que visa a superação dessa problemática.

No momento inicial do estágio as alunas-estagiárias foram encaminhados a escola para investigação *in loco*. É tarefa do estágio conhecer a realidade escolar e elaborar um diagnóstico das problemáticas vivenciadas, por meio da caracterização de informações referentes aos aspectos físicos, legais, administrativos e pedagógicos. Na identificação institucional, a caracterização institucional, as instalações físicas, os recursos humanos, a secretária escolar, a gestão escolar e os aspectos pedagógicos são fatores relevantes à formação e atuação do futuro pedagogo.

Para levantamento desses dados foram realizadas entrevistas com a equipe gestora, professores, pessoal de apoio, equipe técnico administrativo, alunos e pais, além da análise dos documentos disponibilizados pela instituição, tais como matriz curricular, calendário escolar, projeto político pedagógico, regimento, Plano de Desenvolvimento da Escola, dentre outros. A análise desses dados é de suma importância para que as alunas-estagiárias realizem o levantamento das reais necessidades da instituição pesquisada e, para que direcionem o olhar para área na qual irão atuar através do projeto de intervenção.

Com o levantamento das necessidades e problemáticas existentes na escola, confirmadas pela equipe gestora, é selecionada a temática a ser trabalhada na ação interventora pelas alunas-estagiárias e estes passam para a segunda fase do estágio: a elaboração do projeto de intervenção.

A discussão sobre a temática revitalização e atualização do PPP no contexto da escola pública é oriunda da observação e do diagnóstico realizados durante a fase de caracterização do estágio. A ação interventora dar-se-á pela relação da análise documental do PPP e a definição coletiva dos rumos da escola no contexto educacional atual, com o intuito de levar a comunidade escolar a perceber não só a riqueza, mas, a complexidade que existe nos momentos de participação, discussão e inter-relação entre os seus membros e na definição dos caminhos de melhoria do processo educativo.

A elaboração de um projeto de intervenção, que visa propor a atualização e revitalização do PPP da escola, contribui tanto na melhoria da proposta pedagógica, quanto na oportunidade das alunas-estagiárias conhecerem e participarem do funcionamento da gestão, obtendo conhecimentos necessários a formação pedagógica.

Nesse sentido, indagar sobre os caminhos para a atualização e revitalização do PPP da escola foi a questão norteadora da ação interventora no estágio supervisionado, a partir da premissa que o PPP abrange o planejamento geral da escola e mobiliza todos os segmentos escolares durante a sua elaboração, avaliação e atualização, a escola deve periodicamente revisitá-lo e sugerir mudanças para que haja a melhoria de suas propostas.

O PPP é um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade, devendo ser construído por todos os membros de toda a organização, contendo seus propósitos e intencionalidades. Para Gadotti (2004, p. 42)

O Projeto Político-Pedagógico da escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, a partir de respostas a perguntas tais como: 'que educação se quer, que tipo de cidadão se deseja e para que projeto de sociedade?'

A revisão e a atualização do PPP visam atender as necessidades da comunidade escolar e os preceitos das políticas educacionais. É de suma importância que num primeiro momento sejam identificados os aspectos que necessitam de melhorias. Para tal, sugere-se uma reflexão aprofundada da realidade escolar: índices avaliativos, dificuldades, potencialidades e vulnerabilidades. A partir desse cenário, é estabelecido um plano de metas e ações que a comunidade escolar responsabilizasse em desenvolver.

Num segundo momento, a comunidade escolar busca auxílio em teorias, pesquisas e relatos de experiências, por meio de momentos periódicos e sistemáticos de estudos e discussões para realizar a análise comparativa entre os desafios enfrentados e os caminhos sugeridos na superação das dificuldades. Por fim, são planejadas oficinas de estudos e produção, com a finalidade de propor reformulações e atualizações no PPP necessárias à melhoria do contexto escolar.

Esses passos foram esboçados e apresentados à escola campo de estágio através do projeto de intervenção, que após a aprovação do Conselho Escolar e equipe gestora foi executado pelas alunas-estagiárias do curso de Pedagogia da UFAL.

As alunas-estagiárias desenvolveram, junto a comunidade escolar, um conjunto de atividades e ações que a escola deve desenvolver na reformulação e atualização da proposta pedagógica, a fim de melhorar o desempenho escolar e instigar a formação plena de cidadãos.

A AÇÃO INTERVENTORA: CAMINHOS DE ATUALIZAÇÃO DO PPP

A atualização e revitalização do PPP na escola, tema norteador da ação interventora, visa identificar os aspectos que devem ser reformulados na proposta pedagógica da escola, a partir das dificuldades institucionais e das mudanças educacionais sugeridas nos atuais documentos legais e estudos da área.

Com o objetivo de refletir sobre os caminhos que a escola deve tomar na reformulação e atualização da sua proposta política pedagógica, foi realizado num primeiro momento o levantamento dos estudos teóricos e legais sobre os novos rumos da educação que se adequam as necessidades da escola. Os estudos de Veiga (1998), Libâneo (2004), Medel (2008), documento final da Conferência Nacional da Educação, legislação e orientações para o ensino de 9 anos, Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos, entre outros. Esses estudos servem de base para as alunas-estagiárias compreenderem os rumos e discussões que permeiam o universo educacional e aprofundar suas reflexões sobre a concepção, importância, função e etapas constitutivas do PPP.

Num segundo momento, as alunas-estagiárias, junto a coordenação pedagógica, realizaram a análise documental do PPP da escola, com a finalidade de identificar os aspectos que necessitam serem modificados, atualizados e reestruturados, conforme a necessidade vigente e as diretrizes legais que regem as escolas públicas.

A partir dessa análise, foi proposto um plano de ações a ser realizado pela equipe gestora com a comunidade escolar, para reformular e atualizar o PPP da escola. Esse plano estabelece um conjunto de ações para a escola repensar desde a sua função, sua missão, analisar os indicadores

avaliativos, discutir a eficácia do plano de metas e a aplicação dos recursos até o diagnóstico dos problemas, necessidades, potencialidades e vulnerabilidades na busca de uma educação de qualidade, voltada a formação de cidadãos e a participação democrática da comunidade escolar nos rumos da melhoria do processo educativo.

No diagnóstico, análise e discussão dos aspectos que necessitaram ser acrescentados ou repensados no PPP foram acrescentadas informações sobre a EJA, a escola de tempo integral, avaliação institucional externa e interna, inclusão escolar e outros temas que, atualmente, permeiam o ambiente escolar. As alunas-estagiárias também refletiram sobre a aplicabilidade das atuais normas legais que visam cooperar com as atuais demandas sócio-culturais. Foi proposta uma dinâmica de estudo em que alunas-estagiárias e coordenação pedagógica discutiram a aplicabilidade das leis educacionais que estão em vigor e os estudos teóricos que auxiliaram na redefinição de um novo modelo de PPP mais funcional, objetivo e dinâmico. Diante da necessidade de uma nova organização dos dados institucionais, o grupo de trabalho (alunos-estagiários e coordenação pedagógica) sugeriu que a disposição dos dados que compõem o PPP fosse assim sistematizado:

SUMÁRIO		SUMÁRIO	
1. IDENTIFICAÇÃO	4	1. APRESENTAÇÃO	4
.....	5	2. JUSTIFICATIVA.....	5
2. JUSTIFICATIVA.....	7	3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR ..	7
3. OBJETIVOS.....	7	3.1. Caracterização da comunidade escolar.....	7
3.1. Gerais	7	3.2. Caracterização da escola.....	7
3.2. Específico.....	8	4. OBJETIVOS	9
4. MARCOS DE REFERÊNCIAS	8	5. METAS	10
4.1. Marco Situacional	13	6. AÇÕES	12
4.2. Marco Conceitual	18	6.1. Dimensão pedagógica	12
4.3. Marco Operativo	19	6.2. Dimensão da gestão escolar.....	13
5. PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES	20	6.3. Dimensão organizacional.....	15
6. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21	6.4. Dimensão orçamentária física e humana.	19
7. AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PROJETO	25	7. CRONOGRAMA.....	20
POLÍTICO-PEDAGÓGICO	25	8. AVALIAÇÃO	20
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26	8.1. Avaliação escolar	22
9. DATA E ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS	26	8.2. Avaliação Institucional	24
10. ANEXOS		9. REFERÊNCIAS	24
		10. ANEXOS	25
		Anexo A – índice de desenvolvimento educacional	
		Anexo B – relação de professores, técnicos e	
		gestores	
Figura 1 - Versão original do PPP		Figura 2 - Sugestão para a versão atualizada	

As três dimensões que fundamentaram o modelo anterior do PPP da escola, mantiveram-se na sugestão de atualização desse novo modelo, por entendermos que é especificidade desse documento estar embasado na realidade (a escola que temos), finalidade (a escola que queremos) e mediação (caminhos necessários para aproximarmos a escola que queremos da escola que temos). Esse é o movimento apontado por Medel (2008, p. 98) ao afirmar

O processo de planejamento deve levar em conta a atividade prática/reflexiva dos sujeitos envolvidos. Estes partem da prática social para modificá-la por intermédio de uma ação consciente, intencional, visando a mudança. O planejamento busca as contradições no real, objetiva a solução de problemas, por meio do levantamento de

hipóteses, desmistificando o senso comum. Dessa forma, procura reduzir a distância entre o real e o ideal, levando em conta o percurso histórico dos sujeitos envolvidos, o contexto no qual a história está inserida.

A proposta de atualização da estrutura organizacional do PPP possibilita a recuperação, de forma pontual e objetiva, dos propósitos das ações, que muitas vezes se esvaem na falta de congruência entre o texto produzido na proposta pedagógica e o dia-a-dia da prática pedagógica. A elaboração de um documento que tenha a cara da escola e dos ideais almejados por todos que dela fazem parte, cria maneiras personificadas de funcionamento e de organização da escola. Por isso, o PPP deve ser fruto do compromisso da comunidade escolar com um projeto de sociedade e de educação que valorize a formação plena, a autonomia e a criatividade de seus alunos. A qualidade dessa educação resulta da capacidade de reflexão da realidade local e global, da análise do contexto das políticas e leis educacionais.

Conforme relato das alunas-estagiárias, a discussão da análise do PPP foi realizada

nos mínimos detalhes todos os parágrafos e acrescentamos algumas sugestões para reformulação do PPP com base no documento final da CONAE (2010), Orientação para o ensino de 9 anos (Lei nº 11. 274/2006), Diretrizes da EJA (2000) e da Educação Inclusiva, PNAE (Lei nº 11.947/2009). De início fomos detectando no PPP da escola a desatualização com as diretrizes atuais das políticas educacionais e com a realidade existente na escola, que tinha tempo integral, turmas de EJA e do Fundamental II, alunos cadeirantes e com dificuldades ou transtornos de aprendizagem. (Relatório de Estágio Supervisionado I, 2010)

No confronto de saberes proporcionados por estes textos, as alunas-estagiárias observaram que a escola precisa aprimorar seus saberes sobre os novos rumos da educação e realizar discussões voltadas para a melhoria da prática educativa e a formação dos seus alunos. Nesse sentido, elaboraram como proposta de estudo a seguinte atividade:

A CONAE listou os dez maiores desafios da Educação Nacional que devem ser superados até 2020, como compromisso do Estado e de toda a sociedade. O foco do novo plano deve ser o de “garantir a universalização com qualidade da educação básica e a expansão e democratização com qualidade da educação superior”. Após a reflexão no grupo de estudo vocês devem produzir um parágrafo, voltado a estabelecer a relação de congruência entre os rumos da educação a partir da CONAE e a função da escola apresentada no PPP.

As alunas-estagiárias realizaram vários questionamentos e reflexões sobre cada leitura da proposta pedagógica da escola campo de estágio.

Na justificativa do próprio documento sugerimos a leitura do texto de Vasconcellos (2004, p. 20) e Medel (2008, p. 36-37) a fim de reforçar que tanto a construção, quanto a revisão e atualização devem ocorrer de forma coletiva e participativa. Após a leitura a comunidade escolar, organizada em grupos de estudo e sistematização do PPP, deve rever a introdução deste texto refletindo sobre:

- O projeto político pedagógico está sendo realizado de forma democrática com a participação de todos os interessados, visando, sobretudo, os interesses e necessidades da escola?
- Com que conceitos de cidadania, solidariedade e educação queremos trabalhar?
- O que é qualidade de ensino?
- Como a escola se relaciona com o modelo transformador/reflexivo da sociedade?

Esse é um pressuposto, resgatado junto à comunidade escolar, que obedece a LDB ao determinar nos artigos 12, 13 e 14 a necessidade da escola elaborar e executar a proposta pedagógica com a participação da comunidade escolar. A lei evidencia o papel da escola e dos educadores na construção do PPP articulado com as políticas nacionais, com as diretrizes do estado e com a realidade específica, desenvolvendo progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira à escola.

Nos primeiros encontros de estudo na escola, as alunas-estagiárias se limitaram ao confronto de saberes entre os textos base para a atualização da proposta pedagógica, e a elaboração de um plano de ação para a realização dos estudos e produção final do documento pela comunidade escolar. Para ilustrar o trabalho desenvolvido no documento da escola e a sugestão de melhoria e atualização no PPP apresentaremos o quadro.

Documento original	Sugestão de estudo e atualização
A atuação do aluno é significativa na tarefa de construir significados sobre os conteúdos da aprendizagem, levando-o a ser responsável, participativo, crítico e organizado. O mesmo será avaliado durante todo o processo de ensino e aprendizagem através de observações, trabalhos individuais ou em grupos, painéis, seminários, testes (prova individual, em grupo ou oral). Estes subsídios são para que o professor faça uma reflexão contínua sobre sua atuação como sujeito formador do processo, e para o aluno é um momento de tomada de consciência de seus avanços e dificuldades (p. 26)	A auto-avaliação é um instrumento avaliativo adequado a visão de avaliação da aprendizagem descrita nesse documento, por permitir ao aluno e ao professor discutirem de forma reflexiva como se deu o processo educativo. Para ousar e inovar a prática educativa faz-se necessário a inclusão desse instrumento avaliativo e a discussão em sala de alguns critérios avaliativos, entre eles: o aluno está desenvolvendo de forma progressiva autonomia e criatividade? A prática pedagógica ajuda o aluno a construir uma aprendizagem significativa? Os saberes relacionadas a formação plena dos alunos foram capazes de desenvolver as habilidades esperadas? Para que novas questões sejam formuladas sugerimos a leitura do texto da revista nova escola no site: http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/autoavaliacao-como-ajudar-seus-alunos-nesse-processo-planejamento-538875.shtml .

Posteriormente, foi identificado na leitura do PPP um parágrafo, no qual a escola precisa ampliar a concepção de Conselho de Classe para Conselho de Classe Participativo.

Documento original	Sugestão de estudo e atualização
Conselho de Classe – melhorar qualitativa e quantitativamente o processo de ensino aprendizagem possibilitado pela troca de experiência e pelo conhecimento educativo do grupo descobrindo meios eficazes e eficientes para que os (as) alunos (as) cresçam pessoal e coletivamente, tendo como avaliação: o trabalho pedagógico de acompanhamento e direcionamento do trabalho escolar sobrepondo-se ao trabalho burocrático do registro de notas. (p. 17)	Após identificamos que as informações descritas ao lado foram copiadas da sistemática de avaliação produzida pelo estado, sem a devida reflexão da adequação a realidade escolar, sugerimos a leitura dialogada do texto “Conselho de Classe Participativo: uma experiência de participação democrática de Rosilâne Lorenzoni para nortear a discussão sobre: que avanços a concepção de conselho de classe participativo traz para a realidade da escola democrática? Como a prática do conselho de classe participativo se adequa a concepção de planejamento participativo presente na proposta pedagógica? Como a escola pode organizar seu conselho de classe de forma participativa? Após a reflexão em grupo dessas questões elaborem um texto que venha a atualizar a concepção anterior de conselho de classe.

No item avaliação e atualização do PPP foi contatado que a escola não tem clareza no significado desse item, confundindo-o com a idéia de avaliação institucional, aspecto

necessário a instituição, mas não diretamente abordado pela proposta pedagógica da escola. O item referente a avaliação e atualização do PPP, conforme Medel (2008) envolve avaliar como cada uma das etapas que compõem a proposta pedagógica se mantêm validas ou necessitam ser revistas. Outro foco, destacado pela autora compreende a reflexão direta e pontual de temas privilegiados, como: avaliação da aprendizagem, bases pedagógicas do trabalho escolar, ação docente e a sala de aula, o ambiente escolar, a organização curricular, a fomentação de práticas participativas e da gestão democrática, os serviços de apoio e os recursos físicos e financeiros. Essa avaliação acontecerá por meio de entrevistas, grupos de estudo, oficinas pedagógicas e reuniões com a comunidade escolar.

Documento original	Sugestão de estudo e atualização
<p>Desta forma, avaliaremos a organização do trabalho escolar, a proposta curricular, a função socializadora e cultural, intervenção do professor, formação das identidades, dos valores, etc. Com o objetivo de identificar os problemas e avanços e redimensionar a ação educativa, transformando-se num processo formativo e contínuo (p. 31)</p>	<p>A avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico devem ser feitas pela comunidade escolar, de diversas formas e sob os vários aspectos que compõem esse documento. Esta revisão faz-se necessária ao final e começo do ano letivo e sempre que houver necessidade. Ocorre de forma contínua e processual, considerando o caminhar da escola e as metas traçadas. Será realizado um levantamento dos avanços e das dificuldades da escola, que servirão de aparato para as avaliações posteriores. Devendo contemplar, sobretudo, a formação e valorização profissional, a função e identidade da escola e a fundamentação na democracia participativa e nos novos rumos sugeridos pelas políticas e diretrizes educacionais. Para compreender melhor essa discussão e reelaborar um texto dialógico, sugerimos a leitura do texto de Cássia Medel, Projeto político pedagógico: construção e implementação na escola. p. 23-33</p> <p>Discutindo com o grupo as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual a importância da avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico? - Que instrumentos a escola deve escolher para realizar sua avaliação? - Como os aspectos avaliados serão atualizados?

Na programação das atividades da escola, as alunas estagiárias identificaram que a escola não estabelece ligações significativas e atuantes entre o cultural, social e pedagógico, deixando de contemplar a diversidade cultural, étnica, racial, de gênero, de histórias de vida, de crenças e de linguagens múltiplas na sua ação formadora. Não basta apenas apresentar na proposta pedagógica uma lista de feriados ou datas comemorativas relacionadas ao dia do índio, da consciência negra, do folclore, da família e outros. É necessário, segundo Resende (1998) que haja a compreensão do multiculturalismo nas práticas pedagógicas desenvolvidas diariamente em sala de aula. A leitura do documento final da CONAE (Eixo III - Democracia do acesso, permanência e sucesso escolar) contribui para o dialogo entre as tensões da diversidade e a necessidade de contemplar a formação plena dos alunos. Essa reflexão orientará a comunidade escolar na elaboração de planos e projetos voltados a formação dos valores humanos e respeito aos direitos humanos, além de minimizar a evasão escolar e instigar a permanência e sucesso dos alunos na escola.

Na análise do PPP, as alunas-estagiárias não encontraram nenhuma menção a formação do grêmio estudantil na escola, o que demonstra que esse importante instrumento de participação dos alunos no contexto social e democrático, não é valorizado pelos gestores da escola, como aponta Grácio e Aguiar (2002, p. 77) “apesar do grêmio ter seu espaço garantido por lei (nos âmbitos federal, estadual e municipal), na estrutura da escola sua formalização é atravessada pelo desejo das equipes dirigentes de incluí-lo ou não”. Compreender que o grêmio é “uma atividade representativa dos alunos criada pela Lei Federal 7.398185, que lhes confere autonomia para se organizarem em torno de seus interesses, com finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais” (LIBÂNIO, 2004, p.345) leva os gestores a perceberem que essa entidade tem uma importância muito grande para o sucesso pedagógico de uma escola que pretende educar. O grêmio estudantil, como espaço coletivo, social e político, colabora na assistência e formação do aluno, promovendo parceria entre escola, alunado e comunidade local, na organização da defesa de interesses coletivos, no despertar da consciência crítica e na responsabilidade de participação na sociedade. É de suma importância que a escola discuta sobre a finalidade desta entidade e suas contribuições para a melhoria do processo educativo e para a formação cidadã.

Após o estudo e identificação dos aspectos no PPP que deveriam ser atualizados e estudados as alunas-estagiárias e coordenação pedagógica discutiram junto à gestão escolar a avaliação do que é viável manter, acrescentar e modificar no processo de revitalização do PPP, para que haja a melhoria no processo de ensino e aprendizagem. Após a análise da gestão escolar o intuito das alunas-estagiárias é ampliar essa discussão para o Conselho Escolar e demais membros da comunidade escolar, por meio de oficinas de estudo programadas para a semana pedagógica, defendendo que os atores sociais da escola precisam juntos tornar possíveis as possibilidades de mudança dentro da escola, pois, acreditamos na importância do processo permanente de reflexão e discussão da elaboração e revisão do PPP, principalmente, por este representar um “instrumento fundador de uma educação mais significativa” (FILIPOVSKI; SCHAFFER, 2005, p. 26).

O processo de revisão coletiva do PPP acontecerá da mesma forma que o da construção norteado por ações de iniciativa, ousadia, visão de futuro, liderança, cooperação e participação. O compromisso da escola deve estar baseado na ação reflexiva, no trabalho coletivo, na relevância do contexto escolar e no sucesso do processo educativo. Neste sentido, é imprescindível a legitimidade de uma equipe gestora que exerça seu trabalho de maneira articulada com os demais segmentos da escola, reconhecendo inclusive a importância de cada membro da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na área de gestão escolar no curso de pedagogia da UFAL é a oportunidade do aluno conhecer, vivenciar e contribuir, junto a equipe gestora, para a identificação das problemáticas existentes na escola e discussão dos mecanismos de superação dessas dificuldades, fortalecendo a confiança e a participação no ambiente escolar.

Quando é oferecida à escola a oportunidade de discutir e refletir sobre a importância do PPP para a redefinição dos caminhos e finalidades da instituição, a contribuição do estágio supervisionado na formação do pedagogo adquire o caráter de aprendizagem significativa. Esse trabalho permite tanto as alunas-estagiárias relacionarem os conhecimentos teóricos com os saberes práticos vivenciados na escola campo de estágio, enquanto assumem a postura de pesquisadores, quanto a instituição e comunidade escolar despertar o interesse em revisar e atualizar periodicamente sua proposta pedagógica, além de contribuir para criação de momentos sistemáticos de estudo na escola.

Constatamos que o estágio supervisionado é um espaço de aprendizagem com trocas mútuas, diálogo, participação e contextualização de saberes. A temática atualização e revitalização do PPP proporcionou o resgate da identidade da escola e demonstrou a importância desse documento para a autonomia administrativa, pedagógica, financeira da escola. A participação instigada pelos momentos de estudo e reformulação revigora e desperta na comunidade escolar a compreensão do pensamento de Veiga (1998), ao defender que o projeto político pedagógico da escola é uma ação intencional, que deve ser elaborada, executada e avaliada de forma coletiva na perspectiva de melhoria da qualidade de ensino e repensar das políticas e leis educacionais vigentes.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, A. C.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002
- BRASIL. **Documento final da Conferência Nacional da Educação** – CONAE. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360:documento-final&catid=38:documentos&Itemid=59. Acesso em: 12 dez. 2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 8 nov. 2010
- FILIPOVSKI, A. M.; SCHAFFER, N. Projeto político e pedagógico, documento de identidade da escola contemporânea. In: FILIPOUSKI, A. M. et all. **Teoria e fazeres da escola em mudança**. Porto Alegre: Edufrgs, 2005.
- GADOTTI, M. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Autonomia da escola: princípios e propostas** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004
- GRÁCIO, J. C.; AGUIAR, R. C. Grêmios estudantis: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. **Gestão democrática**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004
- MEDEL, C. R. **Projeto político pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- PIMENTA S. G.; LIMA, M. S. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004
- PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 1995

_____. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação de docentes. **Educação e pesquisa**, São Paulo, n.3, p. 521-539, Set/Dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

RESENDE, L. M. G. A perspectiva multicultural no projeto político pedagógico. In: VEIGA, I. P. A. **Escola**: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998

ROSSI, V. L. S. **Gestão do projeto político pedagógico**: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004

UFAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Maceió: CEDU/UFAL, 2006.

Disponível em: http://www.ufal.edu.br/prograd/academico/cursos/campus_sertao/ppp_pedagogia. Acesso em: 03 dez. 2010

VEIGA, I. P. A. **Escola**: espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.